

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	4
5.4 - Programa de Integridade	14
5.5 - Alterações significativas	15
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	16

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	17
10.2 - Resultado operacional e financeiro	23
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	24
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	25
10.5 - Políticas contábeis críticas	28
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	30
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	31
10.8 - Plano de Negócios	32
10.9 - Outros fatores com influência relevante	33

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Sendo uma empresa de consumo de massa, estamos sujeitos a fatores de ordem macroeconômica que possam reduzir o potencial de compra dos consumidores brasileiros e consequentemente nossa capacidade de colocar produtos no mercado.

Os fatores macroeconômicos mais relevantes, e que já foram detalhados acima são:

- Inflação
- Política cambial, monetária e taxa de juros
- Lei trabalhista
- Política fiscal

Estes fatores podem retirar nossa competitividade, em especial aos produtos importados. Hoje, nossos maiores concorrentes são os produtos produzidos na China e que entram no Brasil através da importação direta do varejo ou de importadores.

O aumento da carga tributária nos últimos anos sobre a produção nacional, tem nos obrigado a migrar parte do nosso faturamento para a China, pois a produção no Brasil tem perdido competitividade em função de fatores de macroeconomia, como impostos, câmbio e juros. O nível de crédito no país tem uma grande influência sobre nossos negócios e consequentemente é um fator de risco, caso a política governamental venha a reduzir o crédito no mercado.

Política Cambial: por termos nossos maiores concorrentes os importadores, a taxa cambial é um fator de grande risco para nosso mercado pois caso o real venha a ser apreciado frente ao dólar americano, as importações de brinquedo vão aumentar significativamente, aumentando assim nossa concorrência. A companhia, para se manter constantemente competitiva, também compõe sua coleção com parte de produtos importados. A decisão de se produzir mais ou menos no Brasil é tomada sempre nos dois primeiros meses de cada ano, quando se compõe a coleção final de brinquedos. Esta decisão dependerá fundamentalmente da taxa cambial pois é ela quem dá mais ou menos competitividade à produção nacional. A Companhia não trabalha com linhas de crédito em moeda estrangeira, o que elimina nossa exposição de risco cambial. Como as importações são pagas antecipadamente, temos o custo correto do produto antes de estabelecer o preço de venda e com isto conseguimos preservar a rentabilidade.

Taxa de juros: a taxa de juros é um fator de risco para a companhia mais do que para o mercado. Como o preço médio do brinquedo nacional é ao redor de R\$ 30,00, em geral os consumidores não dependem de financiamento para poder comprar estes produtos. Por outro lado, a companhia é uma grande tomadora de recursos de capital de giro de curto prazo e a taxa de juros tem um impacto direto no seu resultado. Nos últimos anos, a Companhia tem tomado por volta de R\$ 50 milhões de capital de giro de curto prazo para financiar suas operações. Como estratégia, procuramos ter em nossa composição de custos para elaborar os preços de venda 10% a mais do que a média do último ano da taxa de captação. Isto significa que até este valor, nossas margens ficam preservadas. Acima deste percentual de 10% existe o risco de perda de margem, desde que não se aplique reajustes de preços.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

a. riscos para os quais se busca proteção

A companhia tem procurado se proteger através de ações em duas áreas:

1) Taxa de cambio: como já explanado anteriormente, a taxa de cambio pode dar um ganho de competitividade aos produtos importados, em comparação com os de produção nacional. Neste sentido, a Companhia vem desenvolvendo fornecedores na China com o objetivo de manter uma flexibilidade entre produzir e importar, dependendo da taxa de juros anual e do cenário do câmbio, além dos custos estruturais e de oferta de bons produtos. No setor de brinquedos, as empresas costumam renovar 30% de sua coleção a cada ano. Isto dá a oportunidade de anualmente, dependendo da taxa cambial, da companhia decidir por importar mais ou menos e com isto preservar sua competitividade e sua rentabilidade. Outro ponto importante é que no setor de brinquedos as importações da China são pagas 30% na colocação do pedido e 70% no embarque, ou seja, quando o produto chega no Brasil já temos o seu custo final, independente de possíveis variações cambiais. Dentro da estratégia de importação da Estrela, não importamos um mesmo item no mesmo ano, a importação é feita em uma só vez, o que também mitiga o risco de variação cambial. Diante destes fatores a companhia não trabalha com hedge cambial pois além de tudo é uma modalidade muito cara no Brasil.

2) Taxa de juros: neste caso, a companhia tem procurado administrar melhor seu fluxo de caixa, ampliando prazos de pagamentos de seus principais fornecedores, assim como administrar uma política mais rigorosa de estoques de produtos acabados. Também temos procurado estruturar operações de financiamento de longo prazo, para ficar menos vulnerável às oscilações de crédito de curto prazo no mercado.

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

A companhia não emprega operações de hedge para proteção cambial oferecidas pelo mercado financeiro e prefere adotar o modelo descrito no item 1) e 2) onde a proteção ou hedge é natural e buscada pela competitividade de preços de produtos importados pela companhia versus os importados pela concorrência. Na verdade, a adoção de proteção do tipo hedge oferecidas pelo mercado financeiro poderiam trazer um rompimento de competitividade na medida em que a moeda pré-fixada na operação de hedge financeiro poderia ficar em desequilíbrio com as cotações dos produtos importados pelo mercado, o qual também não opera com hedge. Há também que se considerar que por tratar-se de um negócio altamente sazonal, o mencionado desequilíbrio tem um nível de exposição longo, com frequência meses, o que inclusive torna as operações de hedge financeiro bastante onerosas. E a companhia avalia pelo seu histórico que essa estratégia tem sido acertada.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Como já explanado em a e b, a proteção buscada é na competitividade do suprimento de produtos desde a idealização das coleções.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

No caso da taxa cambial e taxa de juros, um acompanhamento pela diretoria financeira, sempre em contato com nossos financiadores, para tentar antecipar possíveis oscilações de mercado. E a avaliação da competitividade dos preços de venda nas negociações com os clientes e no ponto de venda. E o crescimento nas vendas da companhia respaldam o acerto no gerenciamento dos riscos de câmbio e juros.

Na verdade, para uma atividade fortemente sazonal como a da companhia, o grande risco a ser gerenciado é mercadológico em relação à aceitação das coleções ofertadas.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Como já exposto, a companhia não opera com instrumentos de hedge financeiro, quer seja para proteção, quer visando objetivos de ganhos extras.

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

Verdadeiramente a função de gerenciamento de riscos está implícita nas áreas mercadológicas da companhia e na área de suprimento com a liderança direta de seu presidente.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A performance das coleções, em especial dos produtos importados na questão em pauta, é a principal ferramenta de controle de risco.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**a) Principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las:**

Nossos controles internos consistem em métodos e procedimentos adotados a fim de salvaguardar nossos ativos, verificar a adequação e o suporte dos dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a aderência às políticas definidas pela direção, com o objetivo de evitar fraudes, erros e ineficiências. A companhia possui um software integrado de gestão, através do qual é controlado e registrado todos os procedimentos operacionais. A Contabilidade e a Controladoria emitem mensalmente relatórios, analisados pela Administração e Diretoria. Ao fim de cada trimestre, e também anualmente, são emitidos demonstrativos financeiros que são submetidos à Auditoria Independente.

b) As estruturas organizacionais envolvidas:

Contabilidade, Controladoria e Administração/Diretoria

c) Se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento:

A administração da companhia discute e avalia mensalmente as informações apresentadas em todos os relatórios gerados pelos setores envolvidos e verifica possibilidades de melhoria em seus controles. Os cargos envolvidos são: administrador, contador, controller.

d) Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente:**CARTA DE CONTROLE INTERNO**

MANUFATURAS DE BRINQUEDOS ESTRELA S.A.

AT.: Sr. CARLOS A. TILKIAN – Presidente

C/C.: Sr. MÁRCIO CRUZ – Contador

REF.: Carta de Controle Interno – Balanço Patrimonial em 31.12.2020

Submetemos à apreciação de V. Sas. nossa CARTA de CONTROLE INTERNO acima referenciada, desenvolvida de acordo com as Normas e Procedimentos de Auditoria Independente, estabelecidos pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, através da NBC TA 200, aprovada pela Resolução nº 1.203, de 03/12/2009, que trata dos Objetivos Gerais do Auditor Independente, e da NBC TA 700, aprovada pela Resolução nº 1.231, de 04/12/2009, que trata da Formação da Opinião e Emissão do Relatório do Auditor sobre as Demonstrações Contábeis, além dos Comunicados Técnicos do IBRACON – Instituto dos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Audidores Independentes do Brasil e outras normas específicas utilizadas nas circunstâncias, cujos trabalhos foram iniciados conforme nossa **NOTIFICAÇÃO DE VISITA nº 18-N/21**, de 22 de Fevereiro de 2021, e encerrados em 26 de Março de 2021.

Os trabalhos foram executados de acordo com as Normas e Procedimentos de Auditoria, que incluíram a Avaliação do Sistema de Controle Interno e Exames por Amostragem, à base de Testes de:

1. Testes de Controle, a fim de confirmar o cumprimento de normas internas para obter evidências de Controle Interno;
2. Procedimentos Substantivos, a fim de obter comprovação da legitimidade e exatidão das Demonstrações Contábeis.

A Auditoria baseou-se na documentação contábil e Fiscal fornecida, bem como nas informações obtidas junto aos responsáveis pelas áreas que nos atenderam no trabalho de campo e que foram confirmadas na Carta de Representação assinada por V.Sas.

I. OBJETIVOS DA AUDITORIA

1. Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis Exigidas pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil

Confirmar a exatidão e a legitimidade dos saldos apresentados no Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2020, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a fim de fundamentar nossa opinião, para emitir o RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES aos Administradores da Empresa.

2. Sistema Contábil e de Controle Interno

Revisar e avaliar o Sistema Contábil e de Controle Interno, a fim de concluir quanto aos aspectos de Eficiência e Segurança na proteção dos ativos e observar a adequação dos procedimentos operacionais adotados nas transações financeiras e patrimoniais.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**3. Normas Legais**

Verificar o cumprimento das Normas Legais vigentes, aplicáveis às Pessoas Jurídicas de forma geral, tanto principais como acessórias, a fim de eliminar riscos de autuações fiscais.

4. Recomendações de Ordem Geral

As recomendações que julgamos necessárias e adequadas para o aprimoramento dos Controles Internos são provenientes de nossos exames de Auditoria que incluíram revisão e avaliação do Sistema de Controle Interno adotado pela Empresa, que foram conduzidos com o objetivo de formarmos uma opinião sobre suas Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2020.

II. CONCLUSÃO DA AUDITORIA

Concluimos que o Sistema Contábil e de Controle Interno existente e utilizado na Gestão Administrativa, Financeira e Patrimonial demonstrou ser adequado quanto aos aspectos de eficiência e segurança, na proteção dos ativos. As Demonstrações Contábeis de 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração, estão sendo apresentadas de acordo com as normas contábeis brasileiras, que estão em consonância com as Normas Internacionais de Contabilidade.

No entanto, alguns assuntos importantes de natureza contábil e de controle interno, comentados no decorrer desta CARTA de CONTROLE INTERNO, requerem aprimoramento, visando o fortalecimento desses sistemas contábeis e de controle interno.

Considerando o exposto, o resultado e nossas conclusões não constituem plena garantia da inexistência de eventuais erros ou imprecisões, além daqueles mencionados nesta CARTA DE CONTROLE INTERNO.

III. CONTÁBIL**1. Estoque**

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

1.1 Kardex - Custo Médio - Geral

Notoriamente o saldo de estoque é o resultado da multiplicação da quantidade de produtos em estoque pelo valor do custo médio do produto. Assim, acompanhamos a contagem física (Inventário) para nos certificarmos que a quantidade apontada no relatório de 31.12.2020 esteja correta. E, para conferir o valor do custo médio, solicitamos o relatório de movimentação individual de alguns produtos (Kardex), porém, o sistema informatizado utilizado pela Companhia e que apura o custo médio, dispõe de relatórios (kardex) que apresentam a movimentação da quantidade, mas que não apresentam valores, comprometendo nossa validação do custo médio através desse relatório.

Validamos os valores de custo médio com base em procedimentos alternativos, porém entendemos que esse relatório irá facilitar a visualização dos produtos selecionados de forma mais clara e rápida.

Recomendação

- Que seja viabilizada a emissão do relatório de movimentação individual dos produtos (Kardex) contendo valores, no intuito de demonstrar de forma mais clara o custo médio de cada produto.

1.2. Material Obsoleto/Sem Movimentação - BLIC

Durante os trabalhos de inventário na Unidade da BLIC em Três Pontas/MG, observamos que no estoque existem diversos itens obsoletos e/ou antigos que dificilmente serão utilizados. É prática do Departamento de Controladoria fazer um ajuste contábil para refletir a perda de valor de mercado do estoque da Manufatura, contudo, na BLIC esse ajuste, que seria de R\$ 285.149,18, não foi realizado, demonstrando falha no Sistema de Controle Interno.

Recomendação

- Que seja analisado os motivos de tantos itens obsoletos e/ou antigos, bem como que seja realizado o ajuste contábil para refletir a perda de valor de mercado do estoque da BLIC, para que as Demonstrações Contábeis apresentem a real posição patrimonial da Empresa.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos**2. Empréstimos a Pagar – EDB**

Observamos que a Contabilidade não reconheceu o valor de juros sobre um empréstimo em atraso com o Banco Daycoval S/A, contrariando o que determina o regime de competência. Com base na resposta de circularização da referida Instituição Financeira identificamos a seguinte diferença:

Saldo Contábil – R\$	Resposta de Circularização – R\$	Juros Não Reconhecidos – R\$
3.535.671,75	3.841.365,32	305.693,57

Cabe-nos ressaltar que embora o valor de juros não reconhecido seja alto, está abaixo da materialidade para ajuste apurada em nosso planejamento, por isso, não modificamos nossa opinião.

Recomendação

- Que independentemente de seu pagamento, os juros sobre empréstimos sejam reconhecidos mensalmente, visando atender ao regime de competência.

3. Receita de Vendas – EDB

As receitas de vendas dos brinquedos são reconhecidas no momento da emissão da nota fiscal de venda, que não necessariamente coincide com a data efetiva da transferência do bem ao comprador, conforme os exemplos da EDB demonstrados abaixo:

Nota Fiscal	Data Emissão	Data de Entrega	Valor Venda – R\$	Valor Custo – R\$	Valor Líquido – R\$
257792	30.12.2020	08.01.2021	583,68	442,56	141,12
257793	30.12.2020	20.01.2021	22.913,28	5.316,48	17.596,80
257794	30.12.2020	19.01.2021	719,25	283,50	435,75
257795	30.12.2020	18.01.2021	37.141,20	19.915,20	17.226,00
Total			61.357,41	25.957,74	35.399,67

* Existem outros casos

Embora o montante envolvido não seja relevante, esse procedimento não está de acordo com o Item 31 do CPC 47 – Receitas de Contrato com Cliente, ora reproduzido:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

“31. A entidade deve reconhecer receitas quando (ou à medida que) a entidade satisfazer à obrigação de performance ou transferir o bem ou o serviço (ou seja, um ativo) prometido ao cliente. O ativo é considerado transferido quando (ou à medida que) o cliente obtiver o controle desse ativo.”

Recomendação

- Que no encerramento do exercício, a Administração, em conjunto com as áreas envolvidas, analise anualmente a situação das mercadorias vendidas e não entregues, como forma de registrar as receitas de vendas conforme determina a Norma supracitada.

4. Lucros / Prejuízos Não Realizados

É adotado como prática da Manufatura e da BLIC, realizar vendas à Distribuidora pelo valor de custo mais os impostos, ou seja, o resultado contábil líquido da operação deve ser igual ou próximo a zero. É notório que pequenas diferenças podem ocorrer, considerando que se trata de uma operação complexa.

Não obstante, o que tem ocorrido na prática na Manufatura, é que essa operação tem gerado “lucros” brutos negativos, R\$ 8.792.599,17 negativo em 2020 e R\$ 10.059.578,45 negativo em 2019.

Do ponto de vista tributário, esse procedimento pode gerar questionamentos da Receita Federal do Brasil – RFB. Já do ponto de vista contábil, esse procedimento gera prejuízos na demonstração contábil individual da Controladora, e afeta o cálculo da equivalência patrimonial, pois considerando que, em 31.12.2020, a Distribuidora mantinha em seu estoque parte da mercadoria comprada da Manufatura por um valor abaixo do custo contábil, significa que houve um prejuízo não realizado pela Distribuidora.

A Norma Contábil fornece informações sobre o tratamento a ser adotado para apurar e reconhecer a equivalência patrimonial sobre os lucros não realizados em operações envolvendo controladoras e controladas ou entre coligadas, mas, por ser uma operação incomum, as Normas Contábeis praticamente não fornecem informações sobre o tratamento a ser adotado em relação as operações com prejuízos não realizados. Vejamos o entendimento da Norma Contábil em relação a isso:

“54. A existência de transações com natureza comercial entre a investidora e a investida envolvendo ativos que gerem prejuízos é, normalmente, uma evidência de necessidade de reconhecimento de impairment, conforme Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, ou de redução ao valor realizável, conforme o Pronunciamento Técnico CPC 16 – Estoques, o que pode levar a não eliminação desse prejuízo. Afinal, se caracterizada a perda por não recuperabilidade do ativo, essa perda deve ser reconhecida, conforme os citados

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

Pronunciamentos, antes da operação de venda, mesmo que somente para fins do cálculo da equivalência patrimonial pela investidora quando o ativo estiver na coligada ou empreendimento controlado em conjunto. Esse conceito deve ser aplicado também para operações com controladas.”

Por outro lado, com base nas vendas relacionadas no quadro abaixo, observamos que está havendo lucro nas operações entre a BLIC e a Distribuidora:

Nota Fiscal	Data Emissão	Valor Venda – R\$	IPi e ICMS – R\$	PIS e COFINS – R\$	Custo – R\$	Lucro Operação – R\$
35.153	23.12.2020	118.655,61	30.203,26	10.975,64	72.452,04	5.024,67
35.159	28.12.2020	732.820,67	186.536,18	67.785,91	364.867,87	113.630,71
35.160	28.12.2020	51.322,36	13.063,87	4.747,32	36.872,67	(3.361,50)
35.164	29.12.2020	501.200,08	127.578,23	46.361,01	249.753,70	77.507,14
35.168	30.12.2020	603.567,20	154.635,29	55.829,97	304.641,43	88.460,51
35.169	30.12.2020	213.240,70	54.279,46	19.724,76	122.432,36	16.804,12
Total		2.220.806,62	566.296,29	205.424,61	1.151.020,07	298.065,65

Considerando que a Distribuidora encerrou o exercício de 2020 com um saldo de estoque de R\$ 4.867.004,10, e que esses estoques foram adquiridos principalmente da Manufatura e da BLIC, conforme os Itens 55 e 56A do ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial, reproduzidos abaixo, os lucros/prejuízos não realizados devem ser totalmente eliminados:

“55 - Nas operações com controladas, os lucros não realizados devem ser totalmente eliminados nas operações de venda da controladora para a controlada, os quais devem ser reconhecidos no resultado da controladora somente quando os ativos transacionados forem realizados (pelo uso, venda ou perda) na investida. São considerados não realizados os lucros contidos no ativo de qualquer entidade pertencente ao mesmo grupo econômico, não necessariamente na controlada para a qual a controladora tenha feito a operação original.”

“56A – Nas demonstrações individuais da controladora (quando de operações de venda de ativos da controlada para a controladora ou entre controladas, o cálculo da equivalência patrimonial deve ser feito deduzindo-se, do patrimônio líquido da controlada, cem por cento do lucro contido no ativo ainda em poder do grupo econômico. Com isso, a controladora deve registrar como resultado valor nulo, não tendo, por isso, afetação no seu resultado e no seu patrimônio líquido como decorrência do resultado reconhecido pela controlada”.

Recomendações

- Que o Departamento de Controladoria analise os motivos dos valores das vendas que estão ocasionando “lucro” bruto negativo na Manufatura e lucro bruto elevado na BLIC;
- Adotar como procedimento realizar controles dos lucros/prejuízos não realizados, principalmente na Distribuidora, visando eliminar esses valores no cálculo da equivalência patrimonial e na

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

consolidação; e,



Verificar a existência de evidências da necessidade de reconhecimento de redução ao valor recuperável dos ativos na Manufatura, conforme determina o CPC 16 – Estoque, visando a adequada apuração dos custos, do lucro bruto e, conseqüentemente, da equivalência patrimonial.

5. Transferências de Despesas - Geral

Como já mencionado em Carta de Controle interno anterior, é procedimento da Administração efetuar transferências de despesas entre as Empresas do Grupo, utilizando como contrapartida a conta de Mútuos (até 31.12.2019) / Conta Corrente (a partir de 01.01.2020). No entanto, não existe um percentual fixo estabelecido para esse rateio, assim, ora o valor transferido aumenta, ora diminui.

Nesse exercício, as transferências ocorreram, principalmente, da Manufatura para EDB e BLIC.

Vale ressaltar que para fins de Demonstrações Financeiras Consolidadas não há nenhum efeito ou distorção.

Recomendação



Que o procedimento de transferência de despesas seja realizado com base em rateio utilizando percentuais fixos, apurados em estudos técnicos e aprovados pela Diretoria.

Agradecemos à atenção dispensada durante a execução de nossos trabalhos e, colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos julgados necessários.

MILTON M. RODRIGUES

Sócio-Diretor

e) Comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas:

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

1. Resposta de Estoque

1.1 Kardex - Custo Médio – Geral

Apresentar os valores individuais dos produtos e não só as quantidades nos relatórios (Kardex). Solicitado viabilidade ao departamento de informática da Cia. Prazo: Dezembro2021

1.2 Material Obsoleto/Sem Movimentação - BLIC

Departamento de controle interno em parceria com o Marketing e vendas estão trabalhando na viabilidade de planos de ação para escoamento dos produtos. O que não for aproveitado será baixado e destruído. Prazo: Dezembro2021

2. Empréstimos - EDB

O departamento financeiro está ciente e alterou o procedimento de Follow UP de recebimento de extratos bancários mensais e pagamentos de juros. Fazendo o reconhecimento dos juros, mensalmente, pelo regime de competência e não pelo pagamento dos mesmos.

3. Receitas de Vendas - EDB

Entendemos que não devemos reconhecer faturamento antes da entrega, contudo, o sistema não está preparado para registro do faturamento por entrega.

Assim sendo, criaremos um processo que será aplicado no final de cada ano, onde a EDB informará para a controladoria, no segundo dia de janeiro de cada ano, os valores das notas fiscais registradas e não entregues dentro do ano anterior. Com esta informação a Controladoria deverá solicitar a contabilidade uma provisão de redução de receita no valor correspondente as notas fiscais não entregues dentro do período.

3.2. Passos: Criação de conta contábil redutora de receita, reunião com os responsáveis das áreas informando novo procedimento. Prazo: Novembro2021

4. Lucros / Prejuízos Não Realizados

Atualmente estamos trabalhando com valores que consideram os custos totais mais impostos. Em paralelo, estão sendo feitos estudos para chegarmos a margem ideal de lucro mínimo para vendas da Manufatura. Prazo: Agosto/2021

5. Transferências de Despesas - Geral

O processo para transferência com percentual fixo se iniciou em fevereiro/2021 que será utilizado para todo o exercício 2021. A revisão será feita anualmente com base no orçamento anual.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

A empresa não tem contato direto com órgãos públicos ou acordos firmados com órgãos da administração pública, nacional ou estrangeira.

No entanto a empresa não permite a prática de corrupção e suborno, na forma ativa ou passiva, quer por meio de atos ou omissões, quer por via da criação e/ou manutenção de situações de favorecimento por meio de pagamentos de facilitação ou de outras irregularidades.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas

Não houve alterações significativas.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e

Não há outras informações relevantes sobre gerenciamento de riscos e controle interno.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10.1. a**

2019	2018	2017
------	------	------

LIQ. GERAL	AC+RLP	0,27	0,28	0,30
	PC+ELP			

Este índice leva em consideração a situação a longo prazo da empresa, incluindo no cálculo os direitos e obrigações a longo prazo. Os índices mostram que para cada R\$ 1,00 de dívida a empresa possui apenas R\$ 0,27 para a quitação em 2019.

LIQ. CORRENTE	AC	0,16	0,17	0,21
	PC			

Os índices revelam a curto prazo insuficiência de fundos para o pagamento das obrigações, sendo que para cada R\$ 1,00 de dívida, havia apenas R\$ 0,16 para liquidação em 2019.

LIQ. SECA	AC-ESTOQUE	0,12	0,13	0,17
	PC			

Excluindo o valor dos estoques, nesses índices podem ser avaliados uma menor capacidade de liquidação das obrigações. Seguindo o mesmo conceito, observa-se que faltam recursos para quitação das dívidas.

LIQ. IMEDIATA	DISPONIVEL	0,004	0,001	0,006
	PC			

Índice conservador, considera apenas caixa, saldos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata para quitar as obrigações demonstrando portanto, uma baixa capacidade da empresa nos três anos.

GRAU DE ENDIV.	CAP. TERCEIROS	-1,43	-1,48	-1,52
	PL			

Representa quanto a empresa tomou de recursos de terceiros para cada real de capital próprio.

Não há porém, como analisar os índices por eles serem negativos, reflexo do saldo do Patrimônio Líquido Negativo.

S/ RECURSOS TOTAIS	PC + ELP	333%	310%	294%
	AT TOTAL			

Indica a porcentagem de capitais de terceiros sobre o investimento total da empresa, onde pode-se verificar que capitais de terceiros compõem grande parte do passivo.

COMPOS. ENDIVID.	PC	80%	80%	79%
	P EXIGIVEL TOTAL			

É um importante índice para medir o comprometimento da empresa no curto prazo, tendo a empresa 80% do endividamento no curto prazo em 2019.

PRAZO MÉDIO ESTOCAGEM	ESTOQUE X 360	107,05	105,78	75,98
	CPV			

O índice Prazo Médio de Estocagem corresponde ao tempo médio em dias, ao tempo de produção, estocagem e renovação desse estoque demonstrando então que a empresa necessita em média 96 dias para fazer o giro dos estoques.

PRAZO MÉDIO RECEBIMENTO	CONTAS RECEBER X 360	105,04	91,21	105,38
	VENDAS ANUAIS			

Este índice expressa o tempo médio, em dias que a empresa necessita para converter seus itens de contas a receber em dinheiro, sendo quase 4 meses um tempo relativamente alto.

PRAZO MÉDIO PAGAMENTO	CONTAS PAGAR X 360	140,68	55,78	56,54
	COMPRAS ANUAIS			

Esse índice mede quanto tempo, em média, a empresa leva para pagar seus fornecedores, e na média dos últimos 2 anos pode-se apurar um tempo de 98 dias.

A Companhia em 2019 tinha boa expectativa em relação ao novo governo que montou uma equipe econômica eficiente, com promessas de modernização do país além de reformas estruturais como as da Previdência Social, Tributária e Administrativa. Tudo parecia indicar o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento sustentável, porém isso não aconteceu e 2019 terminou com um PIB abaixo do esperado e a queda do desemprego foi irrelevante. Com esse cenário a dificuldade para encontrar o consumidor ficou muito acirrada entre os clientes da Companhia em especial com o crescimento das vendas on-line. Sem contar que, o Brasil tem uma carga tributária que gera graves distorções de preços, sobretudo no comércio on-line. Exemplificando: uma empresa enquadrada no simples nacional tem uma carga tributária muito menor do que empresa enquadrada no lucro real. Isto permite que a empresa pratique preços menores ao consumidor, ampliando ainda mais a diferença de preço entre uma loja física e uma virtual.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Nessa conjuntura de baixo crescimento econômico e com o acirramento da concorrência com as lojas on-line, os principais clientes da Companhia trabalharam durante todo o ano na busca de descontos adicionais para conseguir competir em preços. Isto fez com que o ano de 2019 registrasse um dos menores investimentos em propaganda e promoção por parte das indústrias e dos importadores.

O setor de brinquedos tem como característica o grande número de lançamentos a cada ano. A criança gosta de novidades para brincar e isso é uma das principais características do mercado de brinquedos. Na medida em que as empresas diminuem seus recursos dando descontos aos clientes, faltam verbas para comunicar aos consumidores as novidades do ano, dificultando a realização de boas vendas.

A somatória desses principais fatores levou o mercado brasileiro de brinquedos a ter mais um ano sem crescimento.

Outro aspecto importante a ser ressaltado é o combate à informalidade no setor de brinquedos. Nesse sentido o Conselho de Administração da Abrinq (Associação dos Fabricantes de Brinquedos do Brasil) decidiu realizar um projeto em conjunto com as autoridades federais e estaduais, com o objetivo de reduzir e, se possível, eliminar o elevado índice de informalidade praticado não só por empresas locais, mas principalmente por importadores. Caso este projeto tenha sucesso ao longo dos próximos anos poderá ser um marco divisório no mercado e trazer muitas vantagens para empresas que atuam na formalidade como é o caso da Companhia.

b. estrutura de capital:

Consolidado	2019	2018	2017
Ativo Circulante	86.163.201,05	89.181.050,40	108.512.058,91
Passivo Circulante	550.225.090,10	514.912.733,61	523.306.420,25

Não é possível apresentar índices percentuais de proporção devido ao capital próprio estar negativo.

Os objetivos ao administrar seu capital são de manter a capacidade e continuidade da Companhia, porém atualmente está sendo prejudicada pela situação financeira crítica em decorrência da instabilidade econômica.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos:

Considerando o perfil de nosso endividamento e nossa geração de caixa, os compromissos estão sendo liquidados regularmente dentro dos limites financeiros da Companhia.

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Captamos recursos por meio de contratos financeiros, os quais são empregados no financiamento de nossas necessidades de capital de giro, bem como na manutenção de nossas disponibilidades de caixa de maneira apropriada para o desempenho de nossas atividades.

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Para informações sobre as fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez, vide alínea (f) abaixo.

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

O índice utilizado foi Participação de Capital de Terceiros sobre os Recursos Totais, onde expressa qual a porcentagem do ativo total é financiada com recursos de terceiros.

$PCTRT = (\text{passivo circulante} + \text{passivo exigível a longo prazo} / \text{ativo total}) \times 100$

$PCTRT = 685.195.892,84 \times 100 = 333\%$

205.960.221,71

Nossa principal fonte de endividamento é a captação de recursos destinados ao financiamento de capital de giro.

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

EMPRÉSTIMOS RELEVANTES	TIPO DA DÍVIDA	GARANTIA	SALDO EM		
			2019	2018	2017
Conta Garantida	Curto Prazo	100% Duplicatas	9.888.739,00	3.268.609,58	3.269.208,11
Empréstimos Bancários	Curto Prazo	Duplicatas + Domicílio Bancário	9.045.045,00	11.292.846,72	12.224.390,10
Empréstimos Bancários	Curto Prazo	100% Duplicatas + Aval			-
Empréstimos Bancários	Curto Prazo	Aval			-
Empréstimos Bancários	Curto Prazo	Contrato Negociação	16.303.035,00	16.608.031,41	10.975.233,25
Empréstimos Bancários	Longo Prazo	Contrato Negociação	-	2.203.174,44	6.491.747,73

iii. grau de subordinação entre as dívidas

Consolidado	2019	2018	2017
1º Créditos trabalhistas	59.903.711,46	47.061.956,29	45.239.169,96
2º Créditos com garantia real	50.592.079,42	58.794.997,62	56.374.736,80
3º Créditos tributários	531.670.866,97	504.765.188,88	512.901.046,70
E demais créditos em especiais fornecedores	43.029.234,98	36.145.122,09	47.245.716,18

iv. eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições:

Para os financiamentos adquiridos no período, não houve restrições impostas à Companhia com relação a limites de endividamento, contratação de novas dívidas, distribuição de dividendos, alienação de ativos, emissão de novos valores mobiliários e alienação de ativos, sendo o crédito proporcional ao risco contemplado de forma desejável.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

Todos os instrumentos de financiamento já contratados pela Companhia foram inteiramente utilizados.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

Análise vertical e horizontal:

CONSOLIDADO - Valores expressos em milhares de reais									
ATIVO	2019	Vertical 2018 (%)	Horizontal (%)	2018	Vertical 2017 (%)	Horizontal (%)	2017	Vertical 2016 (%)	Horizontal (%)
CIRCULANTE									
Disponibilidades	2.339	1,14	598,21	335	0,16	(88,60)	2.938	1,30	1.094,31
Contas a receber	41.983	20,38	(4,96)	44.175	21,15	(20,13)	55.311	24,56	(33,80)
Estoques	18.863	9,16	(9,76)	20.904	10,01	1,72	20.550	9,12	(27,19)
Adiantamentos diversos	5.003	2,43	5,82	4.728	2,26	(5,70)	5.014	2,23	4,87
Outras contas a receber	17.975	8,73	(5,59)	19.039	9,12	(22,92)	24.699	10,97	42,60
Total do ativo circulante	86.163	41,83	(3,38)	89.181	42,70	(17,81)	108.512	48,18	(19,10)
NÃO CIRCULANTE									
LONGO PRAZO									
Partes relacionadas	8.535	4,14	1,66	8.396	4,02	7,97	7.776	3,45	42,29
Depósitos judiciais	81.924	39,78	1,38	80.812	38,70	2,15	79.112	35,12	71,12
Créditos tributários	4.059	1,97	2,92	3.944	1,89	3,00	3.829	1,70	9,84
Outras contas a receber	1.597	0,78	8,94	1.466	0,70	54,32	950	0,42	(92,22)
Total do longo prazo	96.115	46,67	1,58	94.618	45,31	3,22	91.667	40,70	36,02
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Intangíveis	1.737	0,84	0,81	1.723	0,83	4,74	1.645	0,73	8,44
Imobilizado	21.945	10,65	(5,86)	23.311	11,16	(0,44)	23.413	10,39	(15,19)
					-			-	
Total do ativo não circulante	119.797	58,17	0,12	119.652	57,30	2,51	116.725	51,82	20,94
TOTAL DO ATIVO	205.960	100,00	(1,38)	208.833	100,00	(7,28)	225.237	100,00	(2,34)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO	2019	Vertical 2018 (%)	Horizontal (%)	2018	Vertical 2017 (%)	Horizontal (%)	2017	Vertical 2016 (%)	Horizontal (%)
CIRCULANTE									
Empréstimos e financiamentos	50.592	24,56	(13,23)	58.304	27,92	6,19	54.905	24,38	(8,01)
Fornecedores	21.024	10,21	88,20	11.171	5,35	19,82	9.323	4,14	(58,54)
Salários e encargos a pagar	54.400	26,41	25,34	43.403	20,78	2,35	42.406	18,83	56,69
Impostos, contribuições a recolher	382.149	185,55	3,59	368.888	176,64	(5,12)	388.795	172,62	48,96
Impostos parcelados	32.133	15,60	48,76	21.600	10,34	28,99	16.745	7,43	108,45
Prov. para férias e encargos sociais	5.504	2,67	50,42	3.659	1,75	29,16	2.833	1,26	33,19
Prov. p/ perda com investimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras contas a pagar	4.423	2,15	(43,93)	7.888	3,78	(4,95)	8.299	3,68	25,86
Total do passivo circulante	550.225	267,15	6,86	514.913	246,57	(1,60)	523.306	232,34	35,22
NÃO CIRCULANTE									
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO									
Empréstimos e financiamentos	-	-	(100,00)	491	0,24	(66,60)	1.470	0,65	(87,94)
Impostos parcelados	126.097	61,22	2,93	122.503	58,66	(4,36)	128.081	56,86	18,74
Provisão para contingências	4.160	2,02	71,55	2.425	1,16	(19,46)	3.011	1,34	72,0571
Outras contas a pagar	4.714	2,29	(26,74)	6.435	3,08	9,22	5.892	2,62	(19)
Total do passivo não circulante	134.971	65,53	2,36	131.854	63,14	(4,77)	138.454	61,47	7,2406
Participação minoritária	(700)	(0,34)	82,77	(383)	(0,18)	(27,05)	(525)	(0,23)	25,30
PASSIVO A DESCOBERTO REPRESENTADO POR:									
Capital	30.602	14,86	-	30.602	14,65	-	30.602	13,59	-
Reavaliação de ativos próprios	8.170	3,97	(10,00)	9.078	4,35	8,61	8.358	3,71	-
Prejuízos acumulados	(517.308)	(251,17)	8,40	(477.231)	(228,52)	0,48	(474.958)	(210,87)	45,37
Patrimônio Líquido	(478.536)	(232,34)	9,37	(437.551)	(209,52)	0,36	(435.998)	(193,57)	52,96
TOTAL DO PASSIVO	205.960	100,00	(1,38)	208.833	100,00	(7,28)	225.237	100,00	(2,34)

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	2018	Vertical 2018 (%)	Horizontal (%)	2018	Vertical 2017 (%)	Horizontal (%)	2017	Vertical 2016 (%)	Horizontal (%)
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	143.886	100,00	(17,48)	174.361	100,00	(7,73)	188.964	100,00	(24,90)
Devoluções e cancelamentos	(3.923)	(2,73)	13,48	(3.457)	(1,98)	7,59	(3.213)	(1,70)	(33,53)
Impostos sobre vendas	(27.808)	(19,33)	(21,96)	(35.635)	(20,44)	(17,14)	(43.008)	(22,76)	19,58
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	112.155	77,95	(17,09)	135.269	77,58	(5,24)	142.743	75,54	(32,29)
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	(55.841)	(38,81)	(22,16)	(71.742)	(41,15)	13,10	(63.435)	(33,57)	(40,45)
LUCRO BRUTO	56.314	39,14	(11,35)	63.527	36,43	(19,90)	79.308	41,97	(23,95)
DESPESAS OPERACIONAIS									
Despesas com vendas	(21.937)	(15,25)	(28,75)	(30.789)	(17,66)	(20,06)	(38.516)	(20,38)	(0,21)
Despesas administrativas	(39.979)	(27,79)	4,46	(38.272)	(21,95)	16,10	(32.966)	(17,45)	(3,34)
Honorários dos administradores	(1.134)	(0,79)	(8,18)	(1.235)	(0,71)	3,69	(1.191)	(0,63)	14,96
Outras rec./despesas oper. líquidas	131	0,09	(99,46)	24.476	14,04	(300,26)	(12.222)	(6,47)	(24,63)
RESULTADO ANTES DO RES. FINANCEIRO	(6.605)	(4,59)	(137,30)	17.707	10,16	(417)	(5.587)	(2,96)	(138,97)
Receitas financeiras	2.289	1,59	(51,77)	4.746	2,72	(38,13)	7.671	4,06	63,74
Despesas financeiras	(36.558)	(25,41)	(28,33)	(51.010)	(29,26)	11,71	(45.664)	(24,17)	19,53
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DAS PARTICIPAÇÕES	(40.874)	(28,41)	43,13	(28.557)	(16,38)	(34,47)	(43.580)	(23,06)	127,22
LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO ANTES DA CSL E IR	(40.874)	(28,41)	43,13	(28.557)	(16,38)	(34,47)	(43.580)	(23,06)	127,22
Provisão para Contribuição Social	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Provisão p/Crédito Imposto Renda	-	-	-	-	-	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(40.874)	(28,41)	43,13	(28.557)	(16,38)	(34,47)	(43.580)	(23,06)	71,62

No quadro de demonstração de resultados, as principais variações ocorreram em função da queda de vendas de 2019 em relação ao ano anterior. Esta queda, como já explicado, reflete a dificuldade que o setor de brinquedos teve para recuperar as vendas. Foram anos seguidos de redução do mercado de brinquedos em função da crise econômica que o país enfrenta nos últimos anos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2. a**

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita:

RESULTADO OPERACIONAL FINANCEIRO	2019	2018	2017
Volume expedido em peças ano	5.650.140	5.876.074	6.560.739
Receita líquida (em R\$)	105.098.027	119.304.343	182.559.996
Receita líquida (em R\$ / peça)	18,60	20,3	27,53
Custo (em R\$)	-44.666.539	-61.455.703	-66.285.308
Custo unitário (em R\$ / peça)	- 7,91	-10,46	-17,72
Margem bruta (em R\$ / peça)	10,70	9,84	9,81
Margem bruta (%)	57,50%	48,49%	35,62%
VARIAÇÕES	2019 x 2018	2018 x 2017	2017 x 2016
Receita líquida (em R\$ / peça)	-8%	-27,0%	14,5%
Custo unitário (em R\$ / peça)	-24%	-41,0%	78,3%
Margem bruta (%)	9%	0,4%	-39,6%

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais:

Nova política comercial adotada pela companhia

b. variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços:

Estabelecimentos de nova meta de vendas, afetando diretamente os volumes e focando em produtos mais rentáveis e mais competitivos.

c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado:

Mudança na política de Transferência entre empresas do grupo contribuíram para a redução do custo.

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária
- c. eventos ou operações não usuais

A Diretoria esclarece que não houve durante o exercício nenhum dos eventos mencionados nesse item que pudessem produzir efeitos relevantes no exercício.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases**a. mudanças significativas nas práticas contábeis**

Em 2020, 2019 e 2018 não houve alteração nas práticas contábeis da empresa.

b. efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Em 2020, 2019 e 2018 não houve alteração nas práticas e, portanto, não há efeitos.

c. ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor**2020****INCERTEZA SIGNIFICATIVA RELACIONADA A CONTINUIDADE OPERACIONAL**

A companhia vem conseguindo levantar linhas de financiamento de capital de giro para garantir as operações, sendo que estas linhas têm sido suficientes para que a companhia mantenha sua posição de mercado e gradativamente venha a criar condições de conseguir linhas de crédito de mais longo prazo.

REFIS 2014

O pagamento e liquidação do débito confessado pela Companhia no REFIS 2014, continua dependendo de homologação dos créditos de prejuízos fiscais e das bases negativas de CSLL para pagar juros e multas, sendo que para pagar o valor do principal existe um depósito em dinheiro na CEF, suficiente para essa liquidação. Porém ainda existe recurso judicial pendente de apreciação relativamente aos critérios de pagamento e até o momento não há decisão definitiva transitada em julgado. Esse contexto justifica o não reconhecimento, por ora, dos efeitos contábeis da adesão ao REFIS 2014, tendo a Diretoria adotado correta postura conservadora, na proteção dos interesses dos acionistas e da Companhia.

PERT – Débitos Previdenciários

A Diretoria não reconheceu quaisquer efeitos no Passivo, Resultado e Patrimônio Líquido relativamente a adesão do PERT –Débitos Previdenciários, tendo em vista que esses débitos estão sendo objeto ainda de apreciação e homologação pelas competentes autoridades fiscais federais, sem decisão definitiva até o momento. Assim seria precipitada qualquer antecipação dos efeitos pois dependendo da decisão futura da União poderia haver mudança desses efeitos. Também nesse caso a Diretoria adotou postura conservadora no interesse dos acionistas e da Companhia como um todo.

2019**1) REFIS 2014**

A Diretoria esclarece que sobre as ênfases constantes no Relatório do Auditor, relativamente ao REFIS 2014 e PERT- Débitos Previdenciários, devem ser comentados os seguintes aspectos:

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

REFIS 2014 - O pagamento e liquidação do débito confessado pela Companhia no REFIS 2014, continua dependendo de homologação dos créditos de prejuízos fiscais e das bases negativas de CSLL para pagar juros e multas, sendo que para pagar o valor do principal existe um depósito em dinheiro na CEF, suficiente para essa liquidação. Porém ainda existe recurso judicial pendente de apreciação relativamente aos critérios de pagamento e até o momento não há decisão definitiva transitada em julgado. Passou a existir também em 2019 uma discussão judicial iniciada pela CEF contestando o depósito das diferenças de juros a serem calculadas com base na SELIC ao invés da TR relativamente aos depósitos em dinheiro que serão utilizados para pagamento desse parcelamento. Não há ainda decisão judicial definitiva sobre esse assunto. Esse contexto justifica o não reconhecimento, por ora, dos efeitos contábeis da adesão ao REFIS 2014, tendo a Diretoria adotado correta postura conservadora, na proteção dos interesses dos acionistas e da Companhia.

2) PERT- Débitos Previdenciários

A Diretoria não reconheceu quaisquer efeitos no Passivo, Resultado e Patrimônio Líquido relativamente a adesão do PERT –Débitos Previdenciários, tendo em vista que esses débitos estão sendo objeto ainda de apreciação e homologação pelas competentes autoridades fiscais federais, sem decisão definitiva até o momento. Assim seria precipitada qualquer antecipação dos efeitos pois dependendo da decisão futura da União poderia haver mudança desses efeitos. Também nesse caso a Diretoria adotou postura conservadora no interesse dos acionistas e da Companhia como um todo.

Incerteza significativa relacionada a continuidade operacional

A companhia vem conseguindo levantar linhas de financiamento de capital de giro para garantir as operações, sendo que estas linhas têm sido suficientes para que a companhia mantenha sua posição de mercado e gradativamente venha a criar condições de conseguir linhas de crédito de mais longo prazo.

2018**1. REFIS 2014 e PERT – Débitos Previdenciários**

A Diretoria esclarece que sobre as ênfases constantes no Relatório do Auditor, relativamente ao REFIS 2014 e PERT-Débitos Previdenciários, devem ser comentados os seguintes aspectos:

REFIS 2014-O pagamento e liquidação do débito confessado pela Companhia no REFIS 2014, continua dependendo de homologação dos créditos de prejuízos fiscais e das bases negativas de CSLL para pagar juros e multas, sendo que para pagar o valor do principal existe um depósito em dinheiro na CEF, suficiente para essa liquidação. Porém ainda existe recurso judicial pendente de apreciação relativamente aos critérios de pagamento e até o momento não há decisão definitiva transitada em julgado. Esse contexto justifica o não reconhecimento,

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

por ora, dos efeitos contábeis da adesão ao REFIS 2014, tendo a Diretoria adotado correta postura conservadora, na proteção dos interesses dos acionistas e da Companhia.

PERT- Débitos Previdenciários

A Diretoria não reconheceu quaisquer efeitos no Passivo, Resultado e Patrimônio Líquido relativamente a adesão do PERT –Débitos Previdenciários, tendo em vista que esses débitos estão sendo objeto ainda de apreciação e homologação pelas competentes autoridades fiscais federais, sem decisão definitiva até o momento. Assim seria precipitada qualquer antecipação dos efeitos pois dependendo da decisão futura da União poderia haver mudança desses efeitos. Também nesse caso a Diretoria adotou postura conservadora no interesse dos acionistas e da Companhia como um todo.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Os diretores devem indicar e comentar políticas contábeis críticas adotadas pelo emissor, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros:

A Estrela prepara suas demonstrações financeiras com base em estimativas e assunções decorrentes de sua experiência e diversos outros fatores que acredita serem razoáveis e relevantes. As práticas contábeis críticas que a Estrela adota são aquelas que acredita serem relevantes para determinar sua condição financeira e resultados operacionais. A aplicação de suas práticas e estimativas contábeis críticas geralmente requer que sua administração se baseie em julgamentos sobre os efeitos de certas transações que afetam os seus ativos, passivos, receitas e despesas.

A conclusão de transações envolvendo tais estimativas e julgamentos podem afetar o patrimônio líquido e a condição financeira da Estrela, bem como seu resultado operacional, já que os efetivos resultados podem diferir significativamente das suas estimativas. A Estrela revisa suas estimativas e assunções correlatas pelo menos trimestralmente. A discussão abaixo expressa o que a administração da Estrela entende serem suas práticas contábeis críticas.

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Estrela e suas controladas, frequentemente como decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado das entidades. As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos. Na preparação das Demonstrações Contábeis da Estrela e de suas controladas a Administração adotou estimativas e premissas baseada na experiência histórica e outros fatores que entendem como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela administração da Estrela e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de ativos e passivos e de resultado das operações são inerentemente incertos, por decorrer do uso de julgamento.

a) Ativo não circulante (investimento em controlada, imobilizado e intangível)

Demonstrado ao custo de aquisição e construção, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995 nos casos aplicáveis e combinado com os seguintes aspectos:

- Investimento em controlada avaliado pelo método de equivalência patrimonial, acrescido do ágio e deságio a amortizar. Os demais investimentos são demonstrados ao custo, deduzido da provisão para perdas.
- Gastos pré-operacionais capitalizados ao imobilizado durante o período de construção e a fase de testes pré-operacionais dos bens, quando aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

· Depreciação de bens do imobilizado calculada pelo método linear, às taxas anuais médias mencionadas na nota explicativa nº 10. Em atendimento ao parágrafo 54 do Pronunciamento CPC 13 - Adoção Inicial, a Companhia e sua controlada efetuarão a primeira análise periódica do prazo de vida útil-econômica dos bens com efeitos a partir de 1º de janeiro de 2009.

A administração mantém-se conservadora e prefere utilizar o método linear de depreciação, mesmo havendo outras opções para o cálculo podendo resultar diferentes valores. O deságio em coligada possui o mesmo critério, seguindo tabelas sugeridas em lei.

b) Provisão para contingências

Constituída para as causas cujas probabilidades de perda são consideradas prováveis pelos assessores legais e pela Administração da Companhia e de sua controlada, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, independentemente do desfecho esperado de causas que os questionem.

É considerada crítica por abordarem causas a serem julgadas, não sendo conhecidas as conclusões das sentenças, podendo os valores serem acordados.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. Os diretores esclarecem que não existem itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras relativamente a ativos e passivos detidos, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

- i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos
- ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos
- iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços
- iv. contratos de construção não terminada
- v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos
- b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.6, os diretores devem comentar:

- a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor
- b. natureza e o propósito da operação
- c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

Como já indicado, não existem quaisquer outros itens relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

ii. fontes de financiamento dos investimentos

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não há plano de negócios.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Não se aplica.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não há planos para novos produtos a serem indicados.

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

Não há outros fatores com influência relevante.